



Universidade Federal do Pará
Instituto de Ciências da Educação
Projeto Escola de Conselhos – Pará

**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
CASTANHAL - PARÁ**

PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADO PARA O CONSELHO TUTELAR

PROVA OBJETIVA: 17 DE AGOSTO DE 2019

CARGO: CONSELHEIRO TUTELAR

INSTRUÇÕES AO CANDIDATO

1. Confira se, além do **BOLETIM DE QUESTÕES** você recebeu o **CARTÃO-RESPOSTA**, destinado à marcação das respostas das questões objetivas
2. O **BOLETIM DE QUESTÕES** contém 20 (vinte) questões objetivas relativas ao Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.
3. Esta prova terá duração de 04 (quatro) horas, tendo seu início às 8:00h e término às 12:00h (horário local).
4. Cada questão objetiva apresenta 04 (quatro) opções de resposta, identificadas com as letras (A), (B), (C) e (D). Apenas uma responde adequadamente à questão, considerando a numeração de 01 a 20.
5. Preencha seu nome e CPF na parte superior do **CARTÃO** que você recebeu.
6. É obrigatório que você assine a **LISTA DE PRESENÇA** e o **CARTÃO-RESPOSTA** do mesmo modo como está assinado no seu documento de identificação.
7. A marcação do **CARTÃO-RESPOSTA** deve ser feita somente com caneta esferográfica de tinta preta ou azul, pois lápis não será considerado.
8. A maneira correta de marcar as respostas no **CARTÃO-RESPOSTA** é colocar um X no espaço correspondente à letra a ser assinalada.
9. Em hipótese alguma haverá substituição do **CARTÃO-RESPOSTA** por erro do candidato. A substituição só será autorizada se for constatada falha de impressão.
10. O **CARTÃO-RESPOSTA** é o único documento válido para o processamento de suas respostas
11. O candidato deverá permanecer, obrigatoriamente, na sala de realização da prova por, no mínimo, uma hora após o início da prova. A inobservância acarretará a eliminação do concurso.
12. O candidato deverá devolver no final da prova, o **BOLETIM DE QUESTÕES** e o **CARTÃO-RESPOSTA**
13. Será automaticamente eliminado do Processo Seletivo do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente o candidato que durante a realização da prova descumprir os procedimentos definidos na Resolução Nº 21/2019 do referido processo.
14. O **BOLETIM DE QUESTÕES** somente será entregue ao candidato que permanecer até às 12 hs.

Caso exista alguma falha de impressão, comunique imediatamente ao fiscal de sala.



Universidade Federal do Pará
Instituto de Ciências da Educação
Projeto Escola de Conselhos – Pará

GABARITO OFICIAL

Questão	A	B	C	D
01			X	
02	X			
03	X			
04		X		
05				X
06				X
07		X		
08	X			
09				X
10			X	
11	X			
12				X
13			X	
14				X
15	X			
16				X
17		X		
18			X	
19		X		
20			X	



BOLETIM DE QUESTÕES

1. Quanto ao direito à convivência familiar e comunitária, é correto afirmar que:

- a) Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, terão direitos legais e qualificações diferentes dos filhos por adoção
- b) O poder familiar poderá ser exercido de preferência pela mãe, na forma do que dispuser a legislação civil
- c) Aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais
- d) A falta ou a carência de recursos materiais constitui motivo suficiente para a suspensão do pátrio poder

2. Existem várias atribuições do Conselho Tutelar, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente. Observe os itens para marcar a única alternativa correta.

I – requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário.

II - assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

III - promover e incentivar, na comunidade e nos grupos profissionais, ações de divulgação e treinamento para o reconhecimento de sintomas de maus-tratos em crianças e adolescentes.

- a) Todas estão corretas
- b) I e III estão corretas
- c) II e III estão corretas
- d) I e II estão corretas

3. As entidades que mantem programa de acolhimento institucional poderão, em caráter excepcional e de urgência:

- a) Acolher crianças e adolescentes sem prévia determinação da autoridade competente, fazendo comunicação do fato em até 24 (vinte e quatro) horas ao Juiz da Infância e da Juventude, sob pena de responsabilidade.
- b) Assegurar que as crianças e adolescentes sejam encaminhadas para adoção.
- c) Encaminhar as crianças e adolescentes para acolhimento pelo Conselho Tutelar.
- d) Impedir visita por parte dos pais da criança ou adolescente, sem que haja autorização do Poder Judiciário.



4.. Poderá(ão) revisar as decisões do Conselho Tutelar:

- I – Autoridade policial
- II – Autoridade judiciária
- III – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

- a) Apenas I
- b) Apenas II
- c) Apenas III
- d) I e III

5. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, estando a mãe ou pai privado de liberdade, é este o critério com relação a visitas:

- a) Por se tratar de ambiente perigoso e inadequado o adolescente não realizará visitas nas casas de detenção.
- b) O adolescente poderá visitar seu pai, mediante autorização da direção da casa de detenção, em horário programado e diferenciado da visita dos adultos.
- c) O adolescente somente poderá realizar visitas mediante autorização judicial, expedida por Juiz da Vara da Infância e Juventude.
- d) Será garantida ao adolescente a convivência com seu pai, por meio de visitas periódicas, independente de autorização judicial.

06. O adolescente tem direito à profissionalização e à proteção no trabalho, observado, entre outros:

- a) A carga horária deverá ser de no máximo 8 hs de trabalho;
- b) Ter garantido o acesso e frequência obrigatória em escolas profissionalizantes;
- c) Desenvolver atividade compatível com as aspirações do adolescente;
- d) Respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento;

07. Observe os itens e marque a única alternativa correta. Conforme o artigo 16 do ECA o direito à liberdade compreende

- I - opinião e expressão.
- II - ir, vir e estar nos logradouros públicos
- III - crença e culto religioso.
- IV - buscar refúgio, auxílio e orientação.

- a) Somente I e II estão corretos.
- b) Somente I, III e IV estão corretos.
- c) Somente II e IV estão corretos.
- d) Somente IV está correto.



08. Antes de iniciado o procedimento judicial para apuração de ato infracional, o representante do Ministério Público poderá:

- a) Conceder a remissão, como forma de exclusão do processo, atendendo às circunstâncias e conseqüências do fato.
- b) Arquivar o processo, a partir do pedido do Conselho Tutelar, se houver bom comportamento.
- c) Determinar o cumprimento de medida sócio educativa.
- d) Chamar os pais para oitiva.

09. Sobre o Conselho Tutelar é correto afirmar que é um(a)

- a) órgão provisório, jurisdicional, encarregado de tutelar a criança e o adolescente quando estão em perigo, os abrigando em instituição pública.
- b) órgão com legitimidade, na ação dos agentes educadores de escolas, de zelar pela dignidade das famílias que tenham crianças para educar.
- c) instituição não governamental que cuida e zela pela elaboração de políticas voltadas para os estudos sobre crianças e adolescentes.
- d) órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

10. A adoção será precedida de estágio de convivência com a criança ou adolescente, pelo prazo que a autoridade judiciária fixar, observadas as peculiaridades do caso. Neste sentido:

- a) A simples guarda de fato autoriza, por si só, a dispensa da realização do estágio de convivência.
- b) Em caso de adoção por pessoa ou casal residente ou domiciliado fora do país, o estágio de convivência, cumprido no território nacional, será de, no mínimo 90 (noventa) dias.
- c) O estágio de convivência será acompanhado pela equipe interprofissional a serviço da justiça da Infância e da Juventude, preferencialmente com apoio dos técnicos responsáveis pela execução da política de garantia do direito à convivência familiar.
- d) O estágio de convivência será cumprido no território nacional, preferencialmente na comarca de residência do adotante, respeitada, em qualquer hipótese, a competência do juízo da comarca de residência da criança.



11. A internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. Neste caso,

- a) em nenhuma hipótese o período máximo de internação excederá a 3 (três) anos.
- b) a realização de atividades externas, não será permitida, salvo expressa determinação judicial em contrário.
- c) a medida comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada 3 (três) meses.
- d) a liberação será compulsória aos 18 (dezoito) anos de idade.

12. A guarda obriga a prestação de assistência, moral e educacional à criança ou adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais. Leia os itens abaixo e marque a alternativa correta:

I - Salvo expressa e fundamentada determinação em contrário, da autoridade judiciária competente, ou quando a medida for aplicada em preparação para adoção, o deferimento da guarda de criança ou adolescente a terceiros impede o exercício do direito de visitas pelos pais.

II - A guarda destina-se a regularizar a posse de fato, podendo ser deferida, liminar ou incidentalmente, nos procedimentos de tutela e adoção, exceto no de adoção por estrangeiros.

III - Excepcionalmente, deferir-se-á a guarda, fora dos casos de tutela e adoção, para atender a situações peculiares ou suprir a falta eventual dos pais ou responsável, podendo ser deferido o direito de representação para a prática de atos determinados.

- a) Somente I está correto.
- b) Somente II está correto.
- c) Somente III está correto.
- d) Somente II e III estão corretos.

13. Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente, no Art. 136, parágrafo único, se o Conselho Tutelar achar necessário o afastamento do convívio familiar, a providência a ser adotada será:

- a) Providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária.
- b) Requisitar as certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente.
- c) Comunicar o fato ao Ministério Público, prestando-lhe informações sobre os motivos de tal entendimento e as providências tomadas para a orientação, o apoio e a promoção social da família.
- d) Encaminhar a criança ou adolescente para tratamento psicológico ou psiquiátrico.



14. O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069/90) estabelece que:

- I. É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz.
- II. Ao adolescente até quatorze anos de idade é assegurada bolsa de aprendizagem.
- III. Ao adolescente aprendiz, arrimo de família, é facultativa a frequência ao ensino fundamental.
- IV. Ao adolescente aprendiz, maior de quatorze anos, são assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários.
- V. Ao adolescente portador de deficiência é assegurado trabalho protegido.

É correto o que se afirma APENAS em:

- a) I, II e III
- b) II, IV e V
- c) III, IV e V
- d) I, II, IV e V

15. O adolescente apreendido em flagrante de ato infracional será:

- a) encaminhado à autoridade policial competente;
- b) encaminhado para curso ou programas de orientação profissional;
- c) submetido a tratamento especializado;
- d) encaminhado para cumprimento de medida sócio educativa;

16. Compete ao Ministério Público (Art. 200 do ECA):

- I - promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos interesses individuais, difusos ou coletivos relativos à infância e à adolescência.
- II - promover e acompanhar os procedimentos relativos às infrações atribuídas a adolescentes;
- III - expedir notificações para colher depoimentos ou esclarecimentos e, em caso de não comparecimento injustificado, requisitar condução coercitiva, inclusive pela polícia civil ou militar;
- IV - requisitar informações, exames, perícias e documentos de autoridades municipais, estaduais e federais, da administração direta ou indireta, bem como promover inspeções e diligências investigatórias;
- V - requisitar informações e documentos a particulares e instituições privadas;

- a) Apenas II e III estão incorretas;
- b) Apenas I, II e IV estão corretas;
- c) Apenas II, III e V estão incorretas;
- d) I, II, III, IV e V estão corretas;



17. É atribuição do Conselho Tutelar aplicar:

- a) Medida Sócio educativa em Meio Aberto;
- b) Medidas de Proteção;
- c) Medidas de Internação;
- d) Medidas de colocação em família substituta;

18. Pode-se dizer que, além de outras, a criação dos Conselhos Tutelares pela Lei nº. 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) atende a finalidade de:

- a) Profissionalizar a atividade do comissário de menores, até então exercida de forma amadora e voluntária.
- b) Retirar do Judiciário a atividade fiscalizatória, transferindo para a esfera administrativa a aplicação das multas decorrentes do descumprimento de normas de proteção à criança e ao adolescente:
- c) Desjudicializar o atendimento das situações em que ocorra ameaça ou violação a direitos de crianças e adolescentes;
- d) Garantir participação popular nas instâncias deliberativas e controladoras das ações da política de atendimento em todos os níveis;

19. O Dirigente de estabelecimento de ensino fundamental ao constatar maus tratos em seus alunos deverá:

- a) Comunicar-se com os pais ou responsáveis o mais rápido possível;
- b) Comunicar o fato ao Conselho Tutelar;
- c) Levar o aluno ao Posto de Saúde mais próximo da escola para atendimento e elaboração do Laudo;
- d) Abrir uma ocorrência policial para registrar o fato acontecido;

20. Uma adolescente de 15 anos de idade trabalha como aprendiz com o consentimento expresso de seus pais na empresa de sua tia, em Salinópolis, mesmo município onde reside. A propósito dessa situação hipotética e considerando o ECA, assinale a opção correta.

- a) Por estar em regime familiar de trabalho e no mesmo município onde reside, a adolescente poderá cumprir seu expediente de duas horas diárias de trabalho no período de 22h às 24h.
- b) A adolescente poderá trabalhar em ambiente insalubre apenas mediante recebimento de adicional em seu salário.
- c) Pelo trabalho que desempenha na empresa da tia, são assegurados ao adolescente os direitos trabalhistas e previdenciários.
- d) O trabalho realizado pela adolescente assegura-lhe uma bolsa de aprendizagem até ela completar 16 anos de idade.